



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU SAPOPEMBA

DATA: 31/10/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Manifestação fora do microfone
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto

- Som incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos.

Presente nesta audiência pública este Vereador, Sansão Pereira.

Informo que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela Rede Câmara SP, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no *YouTube* e no *Facebook*.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 24 de outubro no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*; dia 21, no jornal *O Estado de S. Paulo*; e dia 23, no jornal *Folha de S. Paulo*.

Informo que as sugestões ao PL 586/2023 podem ser apresentadas pelo *hotsite* www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023/audiencias-publicas. As inscrições para pronunciamento podem ser feitas neste momento junto à Secretaria da Comissão. Então, as pessoas que quiserem, poderão inscrever a partir de agora, para que possam participar conosco dando as suas ideias, sugestões e reivindicações.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Sr. Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Dr. Marcos Vinícius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Fiorentino Junior, Defensor Público Geral; Sr. Rafael Dirvan Martinez Meira, Subprefeito de Aricanduva/Formosa/Carrão, representado, neste ato, pelo Sr. Márcio Tavares, Chefe de Gabinete; Sr. Lucas Santos Sorrillo, Subprefeito de Cidade Tiradentes, a quem peço para que faça parte da Mesa; Sr. Ozziel Evangelista de Souza, Subprefeito de Ermelino Matarazzo; Sr. Thiago Della Volpi, Subprefeito de Guaianases; Sr. Guilherme Henriques, Subprefeito de Itaim Paulista; Sr. Rafael Limonta, Subprefeito de Itaquerá; Sr. Marcus Vinícius Valério, Subprefeito da Mooca; Sr. Alfredo Marano, Subprefeito da Penha; Sr. Roberto Bernal, Subprefeito de São Mateus; Sra. Damaris Dias Moura;

Sr. Marlon Sales de Oliveira da Silva, Subprefeito de Sapopemba; Sra. Elisete Aparecida Mesquita, Subprefeita de Vila Prudente.

Passemos à pauta. Esta é a 6ª audiência pública ao PL 586/2023, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, visando a compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da Lei 1.975 de 8 de julho de 2023, revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão de seu artigo 126, e dá outras providências.

Nós temos um vídeo que foi enviado pelo Executivo, de explicação, de orientação. Nós vamos passá-lo e, logo após, vamos chamar as pessoas inscritas. Antes, cumprimento todos os moradores, movimentos, entidades, associações, institutos presentes nesta audiência pública, realizada aqui, na região de Sapopemba. Temos aqui também o Sr. Napoleão Vidigueira, da Assessoria da Subprefeitura de São Miguel Paulista; a presença aqui do Sr. Rafael Murolo, da Secretaria das Subprefeituras; Sr. Milton Hatsumura, também da Secretaria das Subprefeituras. Obrigado pela presença.

Vamos acompanhar este vídeo enviado pelo Executivo.

- Exibição audiovisual. Problemas no som.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Vocês estão entendendo? (Pausa) Não? Então, pode cortar.

Queria esclarecer que esta é uma audiência pública para o zoneamento da cidade. O zoneamento é um conjunto de regras de parcelamento, uso e ocupação do solo, que define as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da cidade.

Por exemplo, se é permitido comércio, se é permitido indústria, residências, etc. E como as edificações devem estar implantadas nos lotes de forma a proporcionar a melhor relação com a vizinhança.

Tendo em vista a ampla diversidade de atividades e extensão territorial do Município e a diversidade dos bairros, é necessário estabelecer regras distintas para as diferentes regiões

do Município.

Para tanto, a Lei de Zoneamento divide o território em porções denominadas zonas. A cada zona reúne um conjunto de regras para um determinado local. E é com base nessas regras que a Prefeitura autoriza a construção de novos edifícios e a instalação de novas atividades nos bairros, por meio de alvarás e licenças de funcionamento.

Portanto, tanto a definição das regras quanto a sua aplicação no território, devem seguir as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Estratégico, PDE, Lei 16.050, de 2014, que já foi revisado agora, este ano, há uns meses, pois é ele que dá a direção para mudar nossa cidade nesses próximos 16 anos e torna-la mais justa e agradável para viver.

O parcelamento define o dimensionamento do lote e a regras para divisão dos lotes e as glebas. O uso define as atividades permitidas no lote. E a ocupação define as regras para uso para a ocupação do lote.

Bom, já temos pessoas inscritas. Tem a palavra a Cláudia Rosane, do MTST. A senhora tem três minutos pelo tempo regimental, por favor.

A SRA. CLÁUDIA ROSANE – Obrigada. Cumprimento todos os presentes, os movimentos sociais, as organizações, todos os moradores.

Vou começar com uma crítica meio pesada, uma cidade onde a gente precisa ... com a participação do público, precisa ser feito por todos.

Os debates que foram feitos... foram só cinco encontros, temos de começar falando isso, a minuta que foi mandada para a Câmara dos Vereadores...

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Desculpa, esse microfone está muito ruim, está péssimo, não está dando para compreender. Usa esse, por favor.

A SRA. CLÁUDIA ROSANE – Eu anotei tudo para não esquecer. Vou ler e espero que muitos sejam contemplados com a minha fala, representando o movimento e todos os moradores. Sou a Cláudia, do MTST, sou lá da Ocupação Carolina Maria de Jesus, que responde na Subprefeitura de São Mateus. E numa cidade tão grande quanto São Paulo, não é possível que a gente faça as coisas com tão pouca audiência, com tão pouca participação das pessoas.

Por exemplo, essa minuta que foi mandada para a Câmara dos Vereadores, foram apenas cinco encontros. A maior parte deles foi realizada audiência *on-line* com baixíssima participação social. Só o fato de ser *on-line* deixa muitas pessoas que não têm acesso a internet rápida para poder emitir a sua opinião, para poder fazer parte dessa construção.

Segundo, essa minuta omitiu e não utilizou as ferramentas que existem para o enfrentamento das desigualdades, que são tão gigantescas dentro da nossa cidade. Como eu já falei, precisamos participar e a população precisa apontar onde estão as desigualdades. Sem participação popular é impossível o restante, a grande massa que precisa também ser parte disso, possa ser contemplado.

E essa celeridade para fazer cinco encontros sem a participação do povo denota um acelerado, na verdade, para poder corresponder aos interesses do mercado imobiliário, pois essa ferramenta foi construída basicamente com os eixos estruturantes da cidade, que permite a construção ali dos edifícios. E onde vai também causar algum tipo problema, porque só vai morar nessa cidade quem puder pagar por ela. E a gente sabe que a verticalização está chegando dentro das periferias.

Outra coisa, acho que a terceira coisa que eu anotei, as regiões mais bem localizadas na cidade continuam sendo privilégio de poucos, pois não tem nem garantia de um instrumento, na proposta de mudança do zoneamento, para que o povo periférico possa morar perto das áreas próximas de transporte público. Equipamentos de trabalho também, por exemplo, os melhores instrumentos, os melhores aparelhos públicos para o povo mesmo não foram apresentados. Cadê a ampliação das ZEIS, Zona Especial de Interesse Social, principalmente das HISs na região central?

Ouvimos aqui, é de pasmar, que agora os aluguéis na região central estão chegando até 20 mil reais. Quem é que consegue, da classe trabalhadora, morar num centro que custa até 20 mil reais? Eu não consigo, vocês conseguem, alguém aqui consegue?

O que queremos? Nós, do MTST, queremos uma revisão da Lei que enfrente os problemas de quem sofre com a cidade caótica, o povo da periferia, nós. Não é possível que

continue essa pouca participação, apenas cinco audiências *on-line* para a construção da minuta. E, agora, reuniões em cada região, uma apenas. Essa reunião aqui em São Mateus não contempla toda a zona Leste.

Já estou terminando, mais um minuto. Essa participação social, essa construção de planos de bairro que estão previstos no art. 345, do Plano Diretor, os instrumentos para construção de moradia verdadeiramente popular é o que a gente quer no Centro da cidade. E lembrando das ZEIS, das áreas que estão em abandono dentro da zona Leste e em toda a cidade de São Paulo. E também aquelas que já são populosas, aquelas que já são ocupadas pela população na periferia.

Também queremos a ampliação da infraestrutura na mobilidade das periferias. E eu concludo, chega de exclusão do povo preto e periférico. A população tem condições de fazer boas propostas que façam de São Paulo uma cidade para todos. O MTST vai lutar por uma cidade menos desigual e mais democrática. É isso que a gente quer.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Obrigado. ... (Falha na transmissão.) ...
Elodia Filippini, Conselho Municipal de Política Urbana, Conselheira Participativa.

A SRA. ELODIA FATIMA FILIPPINI - Boa noite a todos e todas, eu cumprimentei aqui o nosso Subprefeito de Sapopemba, e cumprimento agora os senhores da Mesa. O que queria falar é o que tenho debatido sempre nas reuniões que acontecem no CMPU. O maior problema da revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico já aprovado e, agora, na revisão da Lei de Zoneamento, que é muito importante, acontece a mesma falta de divulgação necessária para a população.

Hoje, eu convidei alguns munícipes para virem participar. Para começar, o munícipe não sabe nem o que é Lei de Zoneamento. Você tem que mandar o convite e pegar a Lei de Zoneamento e passar para o munícipe. Ele não sabe que tem audiência pública, ele não participa. A Prefeitura do Município de São Paulo tem condições e estrutura de passar para a população de uma forma que impacte, seja impactada, que ela saiba o que está acontecendo no seu bairro, que ela saiba o que foi o PDE, que ela não sabe. E saiba o que é a Lei de Zoneamento.

Então, existe uma forma, eu creio, que as subprefeituras e a Prefeitura possam passar para a população, para que ela possa participar. Sapopemba tem 330 mil habitantes. Quantas pessoas têm aqui? Eu e a minha vizinha. Eu sou responsável pela macrorregião Leste 1, que é Penha, Vila Prudente, Aricanduva, Vila Formosa e Sapopemba. Quantas pessoas têm aqui desses bairros? Eu não vejo ninguém. Então, é um assunto muito sério, é preciso que essa divulgação seja impactada para a população sentir que ela vai sofrer uma mudança muito grande na sua vida e não sabe nem de onde está vindo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Obrigado. Sr. João Moreirão. João Moreirão, aqui da Casa Verde.

O SR. JOÃO MOREIRÃO - Boa noite, é meu nome mesmo, só tem na minha família. E eu estou aqui mais como Conselho Municipal de Política Urbana do que Casa Verde, porque aí pega a cidade inteira.

Boa noite, Srs. Vereadores, cheguei em cima da hora, mas eu quero dizer o seguinte, com base na experiência, inclusive, das outras audiências, boa noite meus colegas concidadãos e concidadãs, o problema é o seguinte, nós estamos discutindo uma revisão da Lei de Zoneamento sem que as pessoas possam olhar no mapa. Olha, isto aqui laranja vai ter uma alteração disto e daquilo; aquilo ali vermelho vai ter uma alteração; aquilo ali de verde, que seria uma ZEPAM, no caso, estão pretendendo transformar em ZEIS.

Fica difícil. É verdade que as pessoas apresentam os seus pleitos, mas também é verdade o seguinte, que eu tenho visto, algumas pessoas, por exemplo, apresentam o pleito, olha, eu tenho uma ZCOR, que é uma Zona Corredor, mas precisava de autorizar o comércio. Ora, tem comércio na ZCOR, e ninguém esclarece. A ZCOR deveria virar uma zona mista. E os Srs. Vereadores têm obrigação de esclarecer a população...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. JOÃO MOREIRÃO - ... profissional com profissões diferentes. Qual o problema que vocês estão apresentando, vamos procurar uma solução dentro da lei. Como, por

exemplo, eu tenho visto, tem muita ZEPAM que tem ocupação, então vamos transformar essas Zonas de Proteção Ambiental em ZEIS ... (Falha na transmissão) ...

Então, eu acho que os Vereadores, os técnicos da Câmara, os técnicos arquitetos, urbanistas, advogados,... (Falha na transmissão) ... a serviço da Câmara precisam esclarecer as pessoas. E precisa ter um mapa concreto, objetivo, grande, para que a pessoa veja, olha, eu moro aqui e aqui está acontecendo isto e aquilo, e qual é a consequência. Eu vou dizer uma consequência, nós estamos numa região que tem muitas ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social. Essas zonas existem para proteger a moradia popular, para dar uma garantia de que seja prioridade a moradia popular. No entanto, no PDE foi aprovado que 50% das ZEIS podem ser alvo da ganância das construtoras, basta conseguir uma licença da Prefeitura, vocês sabem, são automáticas, ninguém fiscaliza licença.

Então, precisa esclarecer, qual é a metade que vai ficar para as construtoras, no mínimo, para dizer, o pessoal daqui para trás vai ficar sem casa, os da frente por enquanto tudo bem. No mínimo, porque a gente está discutindo, está apresentando as reivindicações.

E, para encerrar, eu vou dizer qual é o problema disso aí, acontece como na revisão do PDE, chega no final e nós vamos ouvir, olha, a maioria das demandas da população tem um problema, estão fora da lei. Então, nós vamos ter de fazer diferente, o que aconteceu no Plano Diretor Estratégico, que está gerando essa divisão, 74% foi para atender as incorporadoras e as construtoras, com esse jeito.

Então, Srs. Vereadores, eu faço um apelo, esclareçam as pessoas, coloquem mapa. Tudo bem que esse mapa vai ser mudado de acordo com as discussões, mas coloquem o mapa base, e não o de 2016, que já está atualizado e que já foi alterado pelo PDE.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Muito obrigado, Sr. João Moreirão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Eu esqueci, se o senhor me permite, só uma frase. Eu quero convidar todo mundo para, no dia 30 de novembro, comparecer em frente à Câmara Municipal, às 14 horas, para uma grande manifestação, para mostrar qual é a vontade da

população num verdadeiro diálogo e debate social. Dia 30, 14h, em frente à Câmara Municipal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Ricardo dos Santos Abreu, do mandato da Vereadora Luna Zarattini.

O SR. RICARDO DOS SANTOS ABREU – Olá, boa noite a todas e todos, boa noite Vereador, obrigado. Meu nome é Ricardo, faço parte do mandato da Vereadora Luna Zarattini, e hoje vim falar não só nessa condição, como parte desse coletivo, mas também como morador de São Miguel Paulista. E trazer o apelo de algumas áreas de São Miguel Paulista, áreas muito consolidadas, onde as pessoas moram há mais de 40 anos.

Especificamente, estou falando do Bairro do Limoeiro, Jardim das Camélias, Vila Progresso e Jardim São Carlos. São bairros muito consolidados, há mais de 40 anos as pessoas moram lá, têm suas edificações, investimentos. E é um bairro que ainda carece de regularização fundiária.

Então, essa é uma bandeira que nosso mandato está abraçando junto a essa população. E gostaria de colocar aqui esse apelo para os Vereadores, para todos os envolvidos nesse processo, para a Subprefeitura de São Miguel Paulista, para que tenham essa atenção à regularização fundiária desses bairros.

Coloco também, além dessa bandeira mais específica, nosso mandado também tem muito compromisso para que haja um processo democrático de votação dessa Lei de Zoneamento. E que essa Lei transforme a nossa cidade em uma cidade mais humana, mais digna e melhor de se morar.

Obrigado, pessoal. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Obrigado. Agora, vamos ao Sr. Albertino Ferreira, Conselheiro da Supervisão Técnica de Saúde.

O SR. ALBERTINO FERREIRA - Boa noite a todos, eu até participei daquela audiência de devolutiva lá na Vila Prudente, não é, Sansão? E qual o ponto que preocupa muito as famílias aqui em São Paulo? Esse Plano Diretor. Não é à toa que os anteriores colocaram

suas falas de crítica ao procedimento dos apontamentos do Plano Diretor.

Aqui, agora, se desce um quadro e ele volta novamente, não dá nem para explicar quais são as zonas, de que maneira vai funcionar. Isso é uma audiência pública devolutiva? Fica a pergunta, vocês acham que isso está suprimindo os objetivos de cada um de vocês que estiveram aqui? Uma audiência pública para a zona Leste inteira, vocês acham que contempla? A maioria acha que contempla?

- Manifestação do público.

O SR. ALBERTINO FERREIRA - Eu acho que o que está acontecendo aqui hoje deveria ser revisto, para ter mais uma qualidade do que está sendo apontado e apresentado aqui hoje. Esse é o meu ponto de vista.

Em relação às edificações, 90% dos brasileiros ganham até 3,5 mil. Será que dá para comprar uma *kitnet* dessas que estão sendo construídas, ou de uma torre que faz até 300 *kitnets*? Estou falando de 90%, sendo que mais de 30% em São Paulo ganham menos do que 2.640,00 reais.

Esse Plano que está aí serve a essa população de baixa renda? Você que ganha até 2,6 mil consegue comprar um apartamento no eixo central da Anhaia Melo e Sapopemba? Então, eis a pergunta.

Leve isso até o Prefeito. Este Plano Diretor tem que ser revisto. As pessoas de baixa renda não se enquadram na nossa região, e elas querem continuar morando aqui, ou não querem ser expulsos dos apartamentos que eles vão poder encontrar na Cidade Tiradentes, depois que superlotar o monotrilho. Este Plano tem que servir para todos, principalmente para a população de baixa renda que aqui mora.

É injusto, é cruel ter um atravessador. Isso deveríamos pensar na hora de fazer um Plano Diretor para o servidor que está limpando o banheiro da UBS, no hospital, nas escolas, que ganha 1,4 mil reais; e quando tira o INSS, dá 1,3 mil reais. Será que essas pessoas são contempladas? Será que esse Plano Diretor é justo, serve para todos? É isso que nós temos que ver. O nosso eixo de Sapopemba de transporte, as UBS e as escolas serão contemplados? E

quando nós temos um terreno de mil metros onde vão entrar 300, 400 famílias, a quem serve este Plano Diretor?

Espero que nós possamos rever um Plano Diretor construído mais exclusivo para a população. Isso deveria ser matéria de escola. A escola deveria estar discutindo isso com os professores, porque isso é muito importante, e não um grupo de pessoas que pouco têm acessibilidade à internet. Vocês concordam comigo?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Higor Mafei, da Associação Esportiva Javas.

O SR. HIGOR MAFEI – Boa noite a todos, boa noite a Mesa. Eu vim representar a Associação Esportiva Javas.

O nosso principal fundamento é a formação de crianças e adolescentes, com funcionários especializados na área de Educação Física, Nutricionistas, Fisioterapeutas e preparadores físicos. Tudo isso, gratuitamente, para essas crianças e adolescentes. Porém, nós temos um problema: nós pagamos aluguel para terceiros, não temos campo próprio, e esse dinheiro vem de vaquinhas que fazemos diante de todos esses profissionais que se propõem, voluntariamente, a trabalhar para essas crianças.

E nós temos um espaço, que é o parque linear Oratório, que fica aqui mesmo em Sapopemba e que possui duas quadras que não estão sendo bem utilizadas pela população. São duas quadras grandes que ocupam um bom espaço, mas que estão abandonadas. É uma área de zona mista e de propriedade pública.

Então, eu queria pedir a vocês que dessem uma atenção para essa área, para que nessa revisão do zoneamento traga o bom uso esportivo para essa área, porque a zona mista não traz propriedade para se trabalhar com a área esportiva; trabalha-se com a residência, com o comércio e tudo mais, mas nós estamos com dificuldade para conseguir implementar o nosso projeto lá dentro.

Quero agradecer vocês pela oportunidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Obrigado. Temos mais inscritos para falar?

Não? Nós temos a presença de diversos Subprefeitos representando as suas regiões.

Qual o nome da senhora, por favor?

Tem a palavra a Sra. Maria do Céu, da Penha.

A SRA. MARIA DO CÉU – Boa noite a todos, cumprimento a Mesa, e só estou aqui para dizer que Penha está presente, o nosso território está representado. Trago o abraço e o sentimento de sucesso nesta audiência pública do Subprefeito da Penha Alfredo Marano.

A Subprefeitura da Penha está de portas abertas para o que precisarem. Eu sou supervisora de habitação da Subprefeitura da Penha e é muito importante esse espaço, esse fomento, para que possamos ouvi-los.

Eu sei que hoje nós temos equipamentos esvaziados, como o colega falou; mas se, pelo menos, nós tivermos um para nos representar, trazer representação, que seja um, dois, seremos ouvidos e os Vereadores poderão construir políticas públicas essenciais para uma melhor qualidade de vida.

Não quero deixar de agradecer aqui, porque só crítica, crítica, e nós esquecemos de agradecer. É claro que o Prefeito Ricardo Nunes tem, sim, feito uma gestão em muitas pastas, principalmente na habitação; levando uma gestão de excelência. E quero deixar em ata para que o Prefeito Ricardo Nunes continue o que tem feito na parte da habitação, que eu posso dizer para vocês que a Penha está representada, Sapopemba é de coração para nós.

Obrigada. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Está presente a nossa Vereadora, quer falar alguma coisa?

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Salve, salve, zona Leste. Queria cumprimentar a todas, todos e todes; um cumprimento especial para o movimento MTST, participação do Jardim Iguatemi, uma área de ZEIS que precisa de projeto de regularização de habitação de interesse social. Estamos aqui na audiência pública de toda a zona Leste, que é

gigantesca, que tem 12 Subprefeituras.

A nossa reivindicação é que nós propusemos na Câmara de Vereadores é que tivesse uma audiência por Subprefeitura, porque é muito grande. É natural que as pessoas participem mais quando estão mais próximas dos seus territórios. Então, se tiver uma audiência pública por Subprefeitura, é muito maior a participação popular.

Da forma que foi feita, vai ser esta da zona Leste e, depois, mais algumas que os Vereadores estão propondo na zona Leste; mas não vai alcançar todas as Subprefeituras. Então, nós continuamos reivindicamos que haja, pelo menos, uma audiência pública por cada Subprefeitura, porque nós achamos que a democracia é crucial e imprescindível para garantir a revisão dessa lei de zoneamento que realmente represente o povo e os territórios.

Também queria dizer que a zona Leste, apesar de ser uma das regiões com mais demarcações de ZEIS, a quantidade do déficit habitacional na zona Leste também é gigante. São 87.660 moradias que estão faltando, segundo dados da Sehab.

E os dados de previsão dos projetos habitacionais, como a previsão do Pode Entrar, que é de 4.880 unidades, em relação ao déficit, são totalmente insuficientes. É por isso que tem que ocupar, senão não consegue morar. A previsão dos projetos habitacionais é insuficiente perante a necessidade. O povo precisa de morada.

A moradia é a primeira coisa que dá à pessoa dignidade e é garantida na Constituição Federal. Então, o direito à moradia não está sendo garantido à medida em que não está havendo projeto habitacionais que possam fazer com que as pessoas tenham uma moradia digna. Essa é a principal coisa.

Então, nós queremos que haja mais demarcação de ZEIS e que haja também mais projetos habitacionais como o Pode Entrar, que também foi votado por unanimidade na Câmara dos Vereadores. Eu votei, o Vereador Sansão votou, todos nós votamos, porque é um projeto bom e que, inclusive, pode ajudar entidades, é um projeto que faz as moradias junto com os movimentos sociais. Isso é importante, mas nós precisamos de mais porque o déficit é muito grande. Só na cidade de São Paulo, são 369 mil moradias que estão faltando.

Além disso, precisamos preservar o meio ambiente, preservar as áreas verdes, nós precisamos verificar quais são os lugares de demarcação de Zepam na zona Leste para a preservação do meio ambiente, porque sem o meio ambiente ocorrem enchentes, alagamentos, doenças e uma série de problemas. Além de morar, nós queremos viver bem; além de ter casa, nós precisamos de estrutura, de meio ambiente, de infraestrutura, de mobilidade, de uma série de coisas que, pela revisão do Plano Diretor, ainda não são garantidas nas periferias.

Também tem a questão dos eixos. E, na zona Leste, algumas Subprefeituras têm os eixos demarcados, ampliados, como a Mooca, o Aricanduva e outras Subprefeituras mais centrais. Mas no extremo Leste não há um zoneamento que vai favorecer a questão das infraestruturas. Por isso, precisamos dos mapas. Nós queremos olhar os mapas e dizer: “Aqui a gente quer isso, aqui a gente quer aquilo”.

Haverá uma audiência onde serão mostrados os mapas, mas infelizmente será em um horário que é ruim para o trabalhador e a trabalhadora participarem, que é às 11h da manhã, na Câmara Municipal, no dia 07, terça-feira que vem. Quem puder ir, vá porque serão mostrados os mapas, que nós estamos ansiosamente esperando.

Acho que nós precisamos fortalecer a mobilização. Eu faço coro com as palavras do Moreirão que falou sobre a manifestação no dia 30 de novembro, nas vésperas da apresentação do substitutivo, para que possamos colocar todas as reivindicações do povo de São Paulo, da periferia de São Paulo, dos movimentos sociais, para que os Vereadores possam saber que revisão do zoneamento que nós queremos.

Nós queremos uma revisão popular que favoreça o povo pobre e trabalhador na cidade de São Paulo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Boa noite a todos. Eu quero dizer que esta Comissão de Política Urbana está realizando 30 audiências públicas e tudo indica que será na faixa de 40 audiências. Hoje nós já tivemos pela manhã na Câmara e estamos também realizando em algumas Subprefeituras. Inclusive, no dia 13, nós estaremos em Cidade

Tiradentes também realizando uma audiência pública.

O propósito dessas audiências públicas é justamente ouvir a população, as pessoas, para juntamente com os Vereadores, o Executivo, com os movimentos sociais, com a cidade de São Paulo, podermos montar um zoneamento que venha de acordo com a necessidade das pessoas. É claro que administrar uma cidade de 12 milhões de pessoas não é fácil, não é tão simples assim.

Existem muitos discursos, mas uma coisa é discurso, outra coisa é realização. Então, vocês devem observar que, às vezes, tem pessoas que ficam discursando, discursando, discursando. Mas e as realizações? Cadê os feitos, cadê as ações? Isso é muito importante vocês verificarem, muito importante; porque falar qualquer um fala, até papagaio fala.

Então, nós temos que ter consciência das coisas. E, quando se faz essas audiências públicas, nem tudo o que é falado vai ser realizado, mas sempre há um ponto de equilíbrio. Nunca vai dar tudo o que a senhora quer, nunca vai dar tudo o que o Executivo quer, é sempre um ponto de equilíbrio: um cede aqui, outro cede ali, até chegar ao melhor. Estamos lutando para isso, com certeza. Por isso, nós estamos aqui para ouvi-los.

Gente, olha só quantos Subprefeitos nós temos aqui. O de Sapopemba está aqui, está preocupado. Uma região de quase 400 mil pessoas. Cidade Tiradentes, Vila Prudente, Itaquera, Aricanduva, Mooca, São Mateus, São Miguel Paulista. Nós estamos aqui para ouvir vocês. E você pode não ter visto, mas além de estar gravado os nossos assessores estão fazendo as anotações.

Eu quero dizer a vocês, ao Sr. Albertino, o seguinte: nós nos preocupamos, sim, com as pessoas, com gente, eu ando pela periferia, eu ando pela comunidade. Quem me conhece, sabe disso, que eu me preocupo com as pessoas, eu busco o melhor para as pessoas. Não é discurso, nem conversa fiada. Eu estive, por exemplo, domingo, na Vila Bela, a maior regularização fundiária do Brasil: serão 16 mil títulos em um terreno que era propriedade particular.

Há 30 anos, todo mundo falava, falava e ninguém propunha nada. O Prefeito foi lá, o

Secretário da Habitação foi lá, a Procuradora Geral do Município foi lá; então, está se organizando para se adquirir essa propriedade particular, porque tem gente que não faz nada, só faz reclamar, só sabe falar negativo, mas o Prefeito foi lá. Serão entregues 16 mil títulos, e não é de uma hora para outra, porque é uma propriedade particular que há 30 anos vinha nessa guerra, nessa luta, e ninguém fez nada. Mas ele foi corajoso para ir lá e vai ser negociado e será a maior regularização fundiária do Brasil em Vila Bela.

Eu estive lá, muitas vezes, com o Subprefeito, antes das obras. Quando houve o deslizamento, nós fomos lá. Eu liguei na hora para o Prefeito e disse: “Prefeito, eu estou aqui, está tendo um deslizamento” e havia uma senhora que tinha acabado de perder a casa, com a filha, e não tinha para onde ir. Eu falei: “Prefeito, será que a gente não pode conseguir um local para essas pessoas ficarem?” Ele falou assim: “olha, arruma o hotel aí.” Eu tenho tudo gravado. Saiu na *Record* inclusive. “Arruma o hotel aí que nós vamos colocar as pessoas lá para não ficarem....” Hotel. Fomos na hora. Tem tudo, tem vídeo, tem tudo para provar. Tem tudo para provar. Então, nós fomos atrás para arrumar. Saímos de lá na hora da enchente. Saímos de lá e fomos a hotéis e arrumamos lugares. Depois, as próprias pessoas - umas 40 famílias mais ou menos - tomaram a decisão: “não, a gente prefere aquele cartãozinho, o cartão emergencial.”

Nós fomos lá. Temos gravado. Temos vídeo de tudo. O que eu estou falando eu provo. Não é discurso, não. Tem prova. Nós fomos lá. Acompanhei o Prefeito. Nós entregamos tudo direitinho. Eu tenho visto que o Prefeito Ricardo Nunes tem trabalhado, sim, em favor da periferia. Repito: não é alguém que fala, fala, fala e não faz.

Vou dar aqui alguns dados, por exemplo. Agora vai começar a obra. Agora vai reurbanizar todo o Jardim Vitória. Tem diversos outros lugares. Vocês sabem quantas obras estão acontecendo simultaneamente? São 1.300 obras.

A administração municipal vem fazendo o maior programa habitacional da história da cidade. Somando as unidades que serão....

Eu ouvi todos vocês, senhoras e senhores. Eu os ouvi. Então, eu acho que é uma questão até de educação a gente ouvir as pessoas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Mas algumas pessoas subiram aqui e falaram mal da habitação.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Estou só esclarecendo, por favor. Por favor, continuando. Continuando aqui.

Então, somando as unidades habitacionais que serão adquiridas pelo Pode Entrar que inclusive nós assinamos juntos, nobre Vereadora. A senhora assinou o Pode Entrar também. Então, nós assinamos juntos. Então, já estão em obras ou serão contratadas. A gestão vai entregar mais de 100 mil unidades habitacionais.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Presta atenção. Até 2024.

Vocês sabem quantas unidades foram entregues até 2016? Não chegaram a cinco mil. Peguem as informações. Sabe o que é? É que vocês acreditam muito em *fake news*. Peguem as informações verdadeiras.

Vamos encerrar.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Obras de drenagem, habitação...

Quero agradecer a presença de todos. Muito obrigado. Desculpe se eu não falei o que algumas pessoas gostariam de ouvir. Desculpe-me. Quero agradecer Sra. Adriana Padrone, coordenadora do CEU Sapopemba, por ter cedido o espaço. Muito obrigado pela disponibilidade do espaço e de todo o suporte.

Quero agradecer também o pessoal da GCM, o pessoal da Rede Câmara, os técnicos e os subprefeitos presentes. Obrigado a todos vocês. Desculpa se eu falei alguma coisa aqui. Não foi....

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Mas tem de falar a verdade. A verdade,

às vezes, dói.

Então, nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma boa noite. Obrigado.
